



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

11/03/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Sancionada lei que prevê retorno das grávidas ao trabalho presencial após vacinação

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com veto, a Lei 14.311/22, que muda regras sobre o trabalho de gestantes durante a pandemia, prevendo sua volta ao regime presencial após imunização. A lei é fruto do projeto 2058/21, do deputado Tiago Dimas (Solidariedade-TO), aprovado em fevereiro.

Publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (10), a nova norma muda a Lei 14.151/21, que garantiu o afastamento da gestante do trabalho presencial com remuneração integral durante a emergência de saúde pública do novo coronavírus.

A nova norma prevê que, salvo se o empregador optar por manter a gestante em teletrabalho com remuneração integral, a empregada gestante deverá retornar à atividade presencial nas seguintes hipóteses:

Após o encerramento do estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus; após sua vacinação contra o coronavírus, a partir do dia em que o Ministério da Saúde considerar completa a imunização; se ela optar pela não vacinação, mediante assinatura de termo de responsabilidade, comprometendo-se a cumprir as medidas preventivas adotadas pelo empregador.

O presidente vetou o trecho da lei que previa salário-maternidade, desde o início do afastamento até 120 dias após o parto, para gestantes que iniciaram a imunização, mas ainda não tomaram a segunda dose da vacina e fazem funções consideradas "incompatíveis" com o trabalho remoto, e teriam sua gravidez considerada de risco. Além disso, vetou o recebimento de salário-maternidade na hipótese de interrupção de gestação.

"Em que pese meritória, a proposição contraria o interesse público, haja vista que institui concessão de benefício previdenciário destinado à situação de maternidade, porém, com feição diversa da existente para o auxílio-maternidade, já instituído na Lei 8.213/91, uma vez que é temporalmente mais abrangente e de definição casuística", diz a justificativa do veto. Na revisão da vida toda, aposentados pedem para que os valores de contribuições antigas, em outras moedas, também sejam considerados no cálculo da média salarial se isso resultar em benefício mais vantajoso.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 11 de março.

## Emprego formal desacelera e país cria 155 mil vagas com carteira assinada em janeiro

O país registrou a criação líquida de 155,1 mil empregos com carteira assinada em janeiro, o que representa uma desaceleração em relação ao mesmo mês do ano passado.

O resultado ficou 38% abaixo do registrado em janeiro de 2021, quando o saldo líquido foi de 254,3 mil — considerando ajustes (ou seja, dados entregues pelas empresas após o prazo).

O saldo neste mês é resultado de 1,7 milhão de contratações e 1,6 milhão de desligamentos e foi divulgado por meio do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), apresentado nesta quinta-feira (10) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Bruno Dalcolmo, secretário-executivo do Trabalho e Previdência, afirmou que a desaceleração é natural após os dados positivos registrados em meio à recuperação de 2021 após o auge da crise de Covid-19 e a normalização dos dados. "Isso não é algo negativo, faz parte de um movimento de crescimento da economia e de ocupação da população. É natural que os volumes terminem sendo menores neste ano, é algo a ser comemorado", disse.

Neste ano, o Caged sofre a influência do fim gradual dos efeitos do programa emergencial de manutenção de emprego. Criada na pandemia, a medida foi considerada fundamental por especialistas para sustentar o mercado de trabalho durante o auge da crise da Covid-19.

Agora, o ministério avalia que o término do programa e o fim da proteção dos vínculos empregatícios façam os dados dependerem mais do desempenho da atividade econômica.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 11 de março.

## **Petrobras aumenta preço da gasolina em 18,8% e do gás de cozinha em 16,1%; diesel sobe 24,9%**

Pressionada pelo avanço das cotações do petróleo com a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Petrobras anunciou nesta quinta-feira (10) reajustes nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. As altas entram em vigor nesta sexta-feira (11).

No caso da gasolina, o reajuste para as distribuidoras é de 18,8%. O preço médio nas refinarias da estatal passará de R\$ 3,25 para R\$ 3,86 por litro. Para o diesel, o aumento é ainda maior, de 24,9%. O valor subirá quase R\$ 1 por litro, de R\$ 3,61 para R\$ 4,51.

Segundo o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), foram os maiores reajustes ao menos desde o início da política atual de preços, em 2016. Com os aumentos anunciados nesta quinta, o preço da gasolina vendida pela Petrobras acumula alta de 24,5% em 2022. O preço do diesel vendido pela estatal subiu 35%.

Considerando que a gasolina vendida pela Petrobras representa 73% da mistura vendida nos postos —o restante é etanol anidro— o reajuste nas refinarias terá impacto de R\$ 0,44 por litro, elevando o preço médio nacional para a casa dos R\$ 7 nas bombas pela primeira vez na história.

Já o preço médio do diesel, considerando que todas as outras parcelas se mantenham inalteradas, chegaria a um valor em torno de R\$ 6,40 por litro.

O gás de cozinha, conhecido como GLP (gás liquefeito de petróleo), terá seu primeiro reajuste após 152 dias. O preço médio de venda, para as distribuidoras, passará de R\$ 3,86 para R\$ 4,48 por quilo, um reajuste de 16,1%.

O preço médio final do botijão de 13 quilos, mais usado em residências, tem permanecido estável em torno de R\$ 102, nas últimas semanas. Com o reajuste da Petrobras, poderia passar para cerca de R\$ 110, caso todas os outros componentes fiquem no mesmo patamar atual.

Os reajustes foram anunciados em meio a debate no governo e no Congresso sobre a política de preços dos combustíveis da estatal, que prevê o acompanhamento das cotações internacionais do petróleo. Esta semana, a mudança de modelo ganhou apoio do próprio presidente Jair Bolsonaro (PL).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 11 de março.

## **Mega-aumento da gasolina pode detonar ciclo vicioso de mais inflação, juros e dívida pública**

O mega-aumento dos combustíveis pela Petrobras fez disparar a expectativa de inflação para 2022 e tem potencial para deteriorar o quadro macroeconômico do Brasil até o fim do ano, num ciclo vicioso de mais endividamento público e pressão sobre dólar e preços de alimentos.

O impacto dos reajustes da gasolina, gás de cozinha e diesel é estimado em 1,5 ponto percentual pelo Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Só isso, sem contar o efeito sobre fretes e transportes urbanos, eleva a estimativa do IPCA deste ano de 6,2% para 7,5% —mas há bancos considerando 8,5%.

Além dos combustíveis, os alimentos já vêm pressionando a inflação além do esperado, o que tende a ser agravado com a atual alta generalizada das commodities agrícolas e metálicas.

Segundo André Braz, analista de inflação do Ibre-FGV, o maior impacto dos combustíveis será em março (+1,05 ponto percentual), com rescaldo em abril (+0,47%). "Mas isso não leva em conta os efeitos do 'espalhamento' dos combustíveis nos demais preços da economia", afirma.

O aumento da inflação poderá exigir que o Banco Central reforce a subida de juros ao longo de 2022 —e mantenha a taxa elevada por mais tempo no ano que vem.

Só neste ano, levando-se em conta uma Selic média de 12% antes do mega-aumento, o Brasil gastaria cerca de R\$ 900 bilhões a mais em juros da dívida pública —o dobro do ano passado. Considerando a estimativa de déficit primário (receitas menos despesas, sem contar juros) de R\$ 90 bilhões no ano e o baixo crescimento previsto para a economia, a dívida pública poderá saltar dos atuais 80% do PIB para quase 85% ao final de 2022.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 11 de março.